

FELIPE MARTINS DIAS

GABRIEL AMOROSO LIMA LEITE DE BARROS

QUANDO O DOM SE TORNA MERCADORIA FICTÍCIA: UMA ANÁLISE DA MERCADORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA À LUZ DE POLANYI E FRANCISCO

Recebido em 14/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1264

QUANDO O DOM SE TORNA MERCADORIA FICTÍCIA: UMA ANÁLISE DA MERCADORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA À LUZ DE POLANYI E FRANCISCO

Resumo

Este artigo analisa a mercadorização da Amazônia a partir da articulação entre os pensamentos de Karl Polanyi e do Papa Francisco. Embora oriundos de tradições distintas — Polanyi, da crítica ao mercado autor-regulado; Francisco, da Doutrina Social da Igreja — ambos convergem na denúncia da mercantilização da vida e na defesa de limites éticos e ecológicos à lógica capitalista. A partir do conceito de mercadoria fictícia e dos documentos *Laudato Si'*, *Fratelli Tutti*, *Laudate Deum* e *Querida Amazônia*, discute-se como a floresta, seus povos e seus recursos são tratados como mercadorias. O texto identifica, na economia de Francisco, um contramovimento contemporâneo que propõe uma economia centrada no bem comum, na justiça social e na ecologia integral, como alternativa à lógica de exploração e financeirização dos bens comuns.

Palavras-chave: Amazônia; mercadoria fictícia; Papa Francisco; Polanyi

FELIPE MARTINS DIAS

Mestrando em Economia, programa de pós-graduação em Economia FCLAr -Unesp.

Email: fm.dias@unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9674-4720>

GABRIEL AMOROSO LIMA LEITE DE BARROS

Mestrando em Economia, programa de pós-graduação em Economia FCLAr -Unesp.

Email: gall.barros@unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9269-9730>

Abstract

This article analyzes the commodification of the Amazon by connecting the ideas of Karl Polanyi and Pope Francis. Though from distinct traditions—Polanyi’s critique of the self-regulating market and Francis’s Catholic Social Teaching—both converge in denouncing the commodification of life and defending ethical and ecological limits to capitalist logic. Based on the concept of fictitious commodity and papal documents such as *Laudato Si’*, *Fratelli Tutti*, *Laudate Deum*, and *Querida Amazonia*, the article discusses how the forest, its peoples, and resources are treated as commodities. It identifies the Economy of Francesco as a contemporary countermovement proposing an economy centered on the common good, social justice, and integral ecology, in contrast to the logic of exploitation and commodification of nature.

Keywords: Amazon; Fictitious Commodity; Pope Francis; Polanyi

I. Introdução

A Amazônia, reconhecida como a maior floresta tropical do mundo, cobre aproximadamente 5,5 milhões de km², com cerca de 60% dessa área situada no Brasil (Nobre & Lovejoy, 2021). Estima-se que a região abrigue cerca de 10% de todas as espécies conhecidas globalmente, destacando-se como um dos biomas mais biodiversos do planeta (Kumar *et al.*, 2022). Além de sua rica biodiversidade, a floresta desempenha um papel crucial na regulação climática, atuando como um sumidouro de carbono ao absorver grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂) durante a fotossíntese, estimando-se que absorva cerca de dois bilhões de toneladas de CO₂ por ano, contribuindo significativamente para a mitigação das mudanças climáticas.

No entanto, nas últimas décadas, a região tem sido alvo de intensos processos de mercantilização, nos quais elementos naturais são transformados em *commodities* exploradas no mercado global.

Esse avanço predatório tem levado a taxas alarmantes de desmatamento: em 2023, foram desmatados cerca de 10 mil km² de floresta, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). De acordo com estudo publicado na revista *Science*, aproximadamente 38% da floresta amazônica já está degradada ou em processo de degradação devido a atividades humanas, como queimadas e extração de madeira (Silva *et al.*, 2023). Essa degradação impacta diretamente as comunidades indígenas e tradicionais, comprometendo sua subsistência e cultura.

Esse processo, impulsionado pelo avanço do agronegócio e de setores como o madeireiro, farmacêutico e de cosméticos, tem causado intensos conflitos territoriais. A pecuária, por exemplo, responde por cerca de 90% das áreas desmatadas na região, conforme apontado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A soja também desempenha um papel central, com o Brasil se consolidando como um dos maiores exportadores globais do grão, grande parte oriundo da Amazônia. Com a crescente exploração desses recursos, as populações locais enfrentam

pressões constantes para se adequarem a um modelo econômico que compromete sua autonomia e direitos sobre a terra.

A terra, historicamente tratada como mercadoria nos países de passado colonial, como o Brasil, tem sido cada vez mais liberalizada para exploração. Esse avanço desregulado compromete ecossistemas inteiros e impõe uma lógica de dependência econômica baseada na extração de recursos naturais. Dados do MapBiomias indicam que, entre 1985 e 2022, a Amazônia perdeu 19% de sua cobertura florestal, enquanto as áreas de pastagem cresceram exponencialmente. Essa dinâmica torna as economias locais mais vulneráveis às oscilações do mercado global, aprofundando a instabilidade socioeconômica da região.

Além dos impactos ambientais, esse processo acentua as desigualdades sociais ao concentrar riquezas em setores específicos, marginalizando as comunidades tradicionais da floresta. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, cerca de 1% dos estabelecimentos rurais com mais de mil hectares concentram aproximadamente 47,6% da área total das propriedades rurais no Brasil, evidenciando a elevada concentração fundiária no país (IBGE, 2017).

Em consequência, as comunidades locais têm acesso restrito aos benefícios gerados pela exploração de seus territórios.

Sem contar que essas comunidades locais são vulnerabilizadas nesse processo. De acordo com Vainfas (2000, p. 37):

A história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento, embora pouco se saiba, ao certo, quanto às cifras da população que habitava o atual território brasileiro em 1500. Se Ángel Rosenblat a estimou em cerca de 1 milhão de pessoas, houve quem calculasse em 6,8 milhões a população da Amazônia, Brasil central e costa nordeste. De todo modo, a população nativa, que se contava na casa dos milhões de pessoas no limiar do Século XVI, mal ultrapassa hoje os 300 mil indivíduos. De população, portanto, ou despovoamento, eis o primeiro grande traço da história indígena no Brasil, como de resto ocorreu nas Américas em proporções gigantescas.

Ou seja, ocorre no Brasil um processo de apagamento histórico das comunidades tradicionais da Amazônia. O Censo do IBGE de 2022 estimou a população indígena em 1,7 milhões, sendo que mais da metade deles vivem na Amazônia Legal. A fauna, a flora, as culturas locais e as comunidades tradicionais desaparecem na Amazônia à medida que o capitalismo avança. Exemplos dessa extinção como o cacau, o açaí e o jaborandi (Homma, 2012) mostram como existe um processo de extinção de uma série de elementos do cotidiano amazonense.

A complexa rede de relações de poder que sustenta essa dinâmica reforça as disparidades sociais, evidenciando um mecanismo contínuo de expropriação. David Harvey (2005, p. 89) argumenta que “a acumulação por expropriação transborda as fronteiras locais, transferindo riqueza dos periféricos para os centros dominantes”. O avanço da financeirização sobre os recursos amazônicos intensifica esse cenário, privilegiando o lucro em detrimento da justiça social e da preservação da biodiversidade, o que compromete tanto a integridade da floresta quanto os modos de vida dos povos que nela residem.

Nesse contexto, o conceito de mercadoria fictícia, desenvolvido por Karl Polanyi em sua obra *A Grande Transformação* (2013 [1944]), oferece uma ferramenta analítica poderosa para compreender os impactos sociais, econômicos e ambientais desses processos. Polanyi argumenta que, no sistema capitalista, elementos essenciais da vida humana e do meio ambiente são tratados como mercadorias, embora não tenham sido originalmente produzidos para serem vendidos.

Há também uma série de outros autores cuja contribuição pode dialogar com este assunto. Este trabalho utiliza uma bibliografia complementar à de Karl Polanyi, no caso, a produção do Papa Francisco, a qual se expressa no conjunto teórico contemporâneo denominado “Economia de Francisco e Clara”. A relação entre Polanyi e Francisco já foi explorada no trabalho de Barreiros e Ciapparella (2024), e também antes por Belluzzo (2013). A análise de fenômenos e conjunturas socioeconômicas à luz de documentos

magisteriais da Igreja Católica já foi feita por outros autores acerca de outros acontecimentos, como o realizado por Dias (2024), por exemplo.

Fazendo uso de ambas as visões, este artigo utiliza o conceito de mercadoria fictícia, de Polanyi (2013), para analisar a mercantilização da natureza na Amazônia no pensamento do Papa Francisco, destacando seus efeitos e as possíveis alternativas para um desenvolvimento sustentável. O objetivo deste artigo é fazer uma leitura da conjuntura amazônica a partir de Polanyi e Francisco, mostrando que para ambos existe um problema por trás desta circunstância: a transformação da Floresta Amazônica numa mercadoria que, nas palavras de Polanyi, trata-se de uma mercadoria fictícia.

A seção seguinte explicará em detalhes o que significa “mercadoria fictícia” nos termos de Polanyi (2013), com foco em entender o meio ambiente como mercadoria fictícia também. A seção posterior traz uma introdução ao pensamento do Papa Francisco, dando ênfase a duas premissas de sua visão, a interligação universal e a unicidade multifacetada da crise atual. Dá-se, então, uma busca pelo problema da mercadorização para o autor como uma das raízes desta crise, a qual se expressa nas condições enfrentadas pelo bioma da Floresta Amazônica.

2. O conceito de mercadoria fictícia em Karl Polanyi

A tentativa de construir uma economia de mercado plenamente autorregulada exige, segundo Polanyi (2013), a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias fictícias — isto é, elementos que, por sua natureza, não foram produzidos para a venda. O trabalho corresponde à própria atividade humana; a terra, à natureza subdividida; e o dinheiro depende da ação deliberada do Estado. Tratá-los como mercadorias reais, com preços determinados exclusivamente pelo mercado, compromete a coesão social, a preservação ambiental e os fundamentos éticos que sustentam a vida em sociedade.

Polanyi (2013) argumenta que essa ficção sobre a autorregulação dos mercados tem consequências desastrosas: provoca o desmonte de proteções

sociais e exige que o Estado intervenha continuamente, seja para garantir crédito, mitigar o desemprego, regular o uso do solo ou estabilizar a produção de alimentos. Assim, torna-se insustentável a ideia de um mercado separado da sociedade. Aponta que “os efeitos do desenraizamento acabam gerando reações sociais e políticas que forçam um retorno à proteção. A tentativa de estender indefinidamente a lógica mercantil acaba por gerar rupturas ou retrocessos, revelando a fragilidade da utopia liberal” (p. 29-33).

Em Karl Polanyi (2013) são identificadas três categorias de mercadorias fictícias: terra (natureza), trabalho e moeda. Esses elementos, embora sejam tratados como mercadorias no sistema capitalista, não são produtos humanos e não podem ser plenamente mercantilizados sem gerar consequências devastadoras.

1. Terra (Natureza): A terra e os recursos naturais são partes integrantes do ecossistema, mas no capitalismo são transformados em mercadorias que podem ser compradas, vendidas e exploradas para gerar lucro.

2. Trabalho: O trabalho humano, uma atividade intrínseca à vida, é reduzido a uma mercadoria no mercado de trabalho, desconsiderando sua dimensão social e humana.

3. Moeda: A moeda, originalmente um meio de troca, torna-se uma mercadoria fictícia quando é usada para especulação e acumulação, distanciando-se de sua função social. Polanyi alerta que a mercantilização desses elementos gera desestruturação social e degradação ambiental. Ele também destaca que a sociedade tende a reagir a esses processos por meio de contramovimentos, que buscam proteger a vida e a natureza da lógica predatória do mercado.

A tentativa de construir uma economia de mercado plenamente autorregulada exige, segundo Polanyi (2013), a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias fictícias — isto é, elementos que, por sua natureza, não foram produzidos para a venda. O trabalho corresponde à própria atividade humana; a terra, à natureza subdividida; e o dinheiro depende da ação

deliberada do Estado. Tratá-los como mercadorias reais, com preços determinados exclusivamente pelo mercado, compromete a coesão social, a preservação ambiental e os fundamentos éticos que sustentam a vida em sociedade.

A tabela abaixo apresenta os principais aspectos das mercadorias fictícias segundo Karl Polanyi, destacando sua definição, função no capitalismo e as consequências sociais e ambientais de sua mercantilização:

Quadro 1: Principais aspectos das mercadorias fictícias segundo Karl Polanyi

Principais aspectos das mercadorias fictícias segundo Karl Polanyi (2013)			
Categoria	Definição	Função no capitalismo	Consequências sociais e ambientais
Terra (Natureza)	Elemento natural convertido em mercadoria para fins de propriedade e exploração.	Base para extração de recursos e uso fundiário lucrativo.	Perda de biodiversidade, conflitos agrários, destruição ambiental.
Trabalho	A força de trabalho humana é tratada como bem transacionável.	Viabiliza a reprodução do capital via emprego assalariado.	Alienação, desemprego, informalidade e precarização.
Moeda	Instrumento de troca transformado em meio de especulação e acumulação.	Fundamento da valorização financeira e expansão de crédito.	Crises financeiras, desigualdade, desestabilização de economias locais.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Polanyi (2013).

Na obra de Polanyi, o autor afirma que, nesse processo de mercantilização, “o laissez-faire foi planejado” (Polanyi, 2013, p. 206), ou seja, que a consolidação de mercados autorregulados não foi um processo natural ou espontâneo, mas fruto de decisões políticas deliberadas que visam subordinar a sociedade à lógica do mercado.

Essa crítica inverte a narrativa liberal clássica, que costuma associar a intervenção estatal ao planejamento, enquanto trata o mercado como uma ordem espontânea. Para Polanyi, o liberalismo econômico e o ideário do *laissez-faire* são construções artificiais que exigem a ação constante do Estado para dismantelar estruturas de proteção social, suprimir resistências e adaptar instituições sociais aos imperativos da mercantilização.

Na economia política contemporânea, é possível observar exemplos concretos recentes dessa dinâmica. Um caso emblemático é o da política ambiental brasileira de 2020, especialmente no que se refere ao setor agropecuário. Durante o governo Bolsonaro, as tentativas de liberalização do uso da terra e o enfraquecimento da regulação ambiental ocorreram por meio de medidas que visavam remover entraves legais à expansão do agronegócio, muitas vezes à revelia dos impactos socioambientais.

O episódio mais ilustrativo foi a declaração do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante uma reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020. Na ocasião, Salles sugeriu explicitamente aproveitar a comoção causada pela pandemia de Covid-19 para promover uma desregulamentação acelerada:

A oportunidade que a gente tem, porque a imprensa tá nos dando um pouco de alívio no aspecto da Covid, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro cobrou um dia do governo. Agora é hora de unir esforços para dar de baciada. Enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, é ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.

Ainda que esse episódio não seja idêntico ao modelo de mercado autorregulado descrito por Polanyi, ele ilustra com clareza a atuação deliberada do Estado para facilitar a expansão da lógica mercantil sobre áreas tradicionalmente protegidas — neste caso, o meio ambiente. Trata-se de uma tentativa de ampliar a autonomia do mercado, flexibilizando normas e reduzindo a interferência institucional, mesmo diante de riscos sociais e ecológicos.

A crítica de Polanyi permanece atual ao revelar que a expansão do mercado não ocorre sem custos e que, para funcionar, o suposto *laissez-faire* requer planejamento, força política e, muitas vezes, repressão. Ao enfraquecer regulações ambientais e favorecer grandes setores econômicos, como o agronegócio, o Estado brasileiro reforçou o processo de desenraizamento descrito por Polanyi: uma separação forçada entre economia, sociedade e natureza, cujas consequências podem ser socialmente desastrosas.

3. O clamor de Francisco e a questão da Amazônia

Esta seção tem o objetivo de realizar uma breve introdução ao pensamento socioeconômico e ambiental do Papa Francisco, identificando dentre os problemas levantados pelo autor a mercadorização da vida em tempos recentes. Em conformidade com a proposta deste trabalho, realiza-se uma análise exploratória cuidadosa dos documentos da autoria de Francisco, sobretudo de suas encíclicas *Laudato Si'* (2015), *Fratelli Tutti* (2020). Além disso, são de suma importância os estudos das exortações apostólicas *Laudate Deum* (2023) e *Querida Amazônia* (2020).

O pensamento socioeconômico de Francisco herda, continua e aprimora a tradição de pensamento social católico chamado Doutrina Social da Igreja. Em seu primeiro trabalho, Francisco (2015) inicia com a constatação de um conflito entre o ser humano e a natureza. Porém, deixa claro que este conflito é heterogêneo na perspectiva humana. A causa do conflito é apresentada logo a princípio: “por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens” (parágrafo 02). O Papa traça um paralelo entre os males infligidos à natureza e os males infligidos às populações pobres,¹ indicando uma de suas premissas apresentada adiante.

Para compreender o pensamento de Francisco apresentado neste trabalho, o título do primeiro capítulo da encíclica *Laudato Si'* (2015) é capaz de

¹ Francisco (2015) inicia seu trabalho à mesma maneira de Leão XIII (1891), papa responsável por formalizar o pensamento social católico.

fornecer uma boa noção introdutória. Realizando-se uma análise pragmática do mesmo, “O que está acontecendo com nossa casa”, o termo “acontecendo” indica um processo em andamento. O termo “Nossa” lança ao leitor a noção de unidade humana e compartilhamento da casa. O próprio termo “casa”, ao final, serve para lembrar ao leitor a pertença do ser humano à terra.

Seu primeiro texto (Francisco, 2015) começa constatando “a contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta” (parágrafo 18), o que se mostra um paralelo com a obra de Leão XIII (1891). Francisco constata mudanças, novidades, mas num tom de continuidade ao legado do pontífice leonino. Reconhece a naturalidade da mudança *per se* enquanto processo, mas dá destaque para os rumos da mudança, que pode não estar orientada para “o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral” (parágrafo 18). Evoca, portanto, um teor qualitativo nas mudanças, de modo que a mudança por si só nenhum juízo de valor implica.

Seus conceitos-chave, fundamentais para a compreensão de seu pensamento, partem da concepção de que existe uma interligação universal. Isto é, para o autor “tudo está interligado” (Francisco, 2015, parágrafo 91).² Esta interligação universal, por sua vez, exige “uma preocupação pelo meio ambiente”. Deste modo, este trabalho a trata como uma das premissas essenciais do conjunto das obras aqui estudadas.

A segunda premissa a qual demanda constatação e se mostra fundamental para Francisco é a concepção de que o mundo todo enfrenta, vive e encara uma crise multidimensional. Não se trata de uma crise somente econômica, somente social, somente política ou somente ambiental. Ao contrário, para o autor “a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade” (Francisco, 2015, parágrafo 119). Repetindo a primeira premissa, anteriormente apresentada, ele formula que,

² Esta constatação se repete nos parágrafos 117, 138 e 240 ao longo do referido documento.

dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial, proponho que nos detenhamos agora a refletir sobre os diferentes elementos duma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais (parágrafo 137).

Quando falamos de “meio ambiente”, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade. Dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza (parágrafo 139).

Deste modo, as diversas crises são, para Francisco, uma única crise. Esta premissa é chamada neste trabalho de *unicidade multifacetada da crise*.

A partir destas premissas, este artigo busca exemplificar que a raiz desta crise acerca de sua dimensão climática e ambiental que, para o autor, está na mercadorização do ambiente. Esta crise pode ser vista nos problemas da floresta Amazônia, constatados na introdução deste artigo e observados também por Francisco, conforme a seção 3.2. adiante.

3.1 O problema da mercadorização na obra de Francisco

Nesta subseção, dentre os principais pontos do pensamento do pontífice, será explorado o problema da mercadorização. Por problema da mercadorização, entende-se a transformação generalizada de recursos e realidades

em mercadorias, sujeitas às leis do mercado. Barreiros e Ciapparella (2024) também identificam no pensamento de Francisco este tema, chamando-o de “mercantilização de toda natureza biótica e abiótica” (p. 3).

Além disso, o Papa demonstra sua insatisfação com o papel dado ao mercado perante questões ambientais. “Será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações?”³ (Francisco, 2015, parágrafo 190). Neste contexto, o autor realiza aquilo que chama de “apelo”:

Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. O movimento ecológico mundial já percorreu um longo e rico caminho, tendo gerado numerosas agregações de cidadãos que ajudaram na consciencialização. Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros. As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal (Francisco, 2015, parágrafo 14).

Dando continuidade ao seu trabalho prévio, Francisco (2020) expande sua análise em dois trabalhos da mesma data. A encíclica *Fratelli Tutti* (2020) e a exortação *Querida Amazônia* (2020). O autor, que já havia afirmado que “os poderes econômicos continuam a justificar o sistema mundial atual, onde predomina uma especulação e uma busca de receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente” (Francisco, 2015, parágrafo 56), ratifica sua posição ao escrever que “o direito de alguns à liberdade de empresa ou de mercado

³ Este trecho evidencia uma das premissas basilares do pensamento de Francisco: a concepção de sustentabilidade como algo a ser pensado intergeracionalmente.

não pode estar acima dos direitos dos povos e da dignidade dos pobres; nem acima do respeito pelo ambiente” (Francisco, 2020, parágrafo 122).

Tais trechos evidenciam uma concepção que desde o princípio de seus trabalhos está presente, isto é, num sistema de mercado, “qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta” (Francisco, 2013, parágrafo 56). Em todas as suas demais obras de cunho socioambiental e econômico, o autor dá destaque para uma das causas dos problemas socioambientais: a mercadorização do meio ambiente, tal qual o fenômeno que Polanyi (2013) constata, conforme explicado na seção anterior.

Esta concepção não é nova no pensamento social católico, de modo que Francisco (2015) cita: “Neste contexto, sempre se deve recordar que ‘a proteção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. O ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente” (Francisco, 2015, parágrafo 190; Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, 2005, parágrafo 470).

A próxima subseção se debruça especialmente sobre o que tal autor escreve acerca do caso amazônico em si, seguindo a mesma metodologia desta seção.

3.2 Amazônia: o dom que se transformou em mercadoria

Dando continuidade no abordado na subseção anterior, nos parágrafos seguintes explorar-se-á ainda a produção de Francisco. O recorte, por sua vez, se direciona a um trabalho específico, de nome *Querida Amazônia* (2020). Neste trabalho, o autor dedica extensas seções à perspectiva e necessidade dos povos originários, tal qual à perspectiva ambiental de maneira mais específica. No recorte escolhido para este trabalho, dá-se destaque para aquilo que tange aos recursos naturais amazônicos de maneira específica⁴.

⁴ Deve-se destacar, porém, que esta separação é exclusiva para fins metodológicos, uma vez que “o cuidado das pessoas e o cuidado dos ecossistemas são inseparáveis” (Francisco, 2020, parágrafo 42). Por isso mesmo, o foco temático do presente artigo deve servir não para excluir a dimensão sócio-cultural em detrimento da ecológica. Ao contrário, abre possibilidades para trabalhos futuros de caráter complementar.

Ressoando o argumento apontado anteriormente, logo em seu primeiro capítulo o Papa aponta que “a Amazônia tem sido apresentada como um enorme vazio que deve ser preenchido, como uma riqueza em estado bruto que se deve aprimorar, como uma vastidão selvagem que precisa de ser domada” (Francisco, 2020, parágrafo 12). Na introdução deste trabalho, evidencia-se a degradação do bioma amazônico a partir dos dados apresentados. No documento analisado nesta subseção, Francisco traduz a degradação que é expressa em tais dados:

“Quando algumas empresas sedentas de lucro fácil se apropriam dos terrenos, chegando a privatizar a própria água potável, ou quando as autoridades deixam mão livre a madeireiros, a projetos minerários ou petrolíferos e outras atividades que devastam as florestas e contaminam o ambiente, transformam-se indevidamente as relações econômicas e tornam-se um instrumento que mata (Francisco, 2020, parágrafo 14).

A importância da floresta amazônica é tal para o autor de modo que “o equilíbrio da terra depende também da saúde da Amazônia” (Francisco 2020, parágrafo 48). Esta afirmação ecoa uma das premissas mais essenciais do autor e que marca seu pensamento, a saber, “a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo” (Francisco, 201, parágrafo 16). A partir disso, o desmatamento — pela dinâmica do solo da floresta — não se recupera naturalmente, mas gera o fenômeno da desertificação (Francisco, 2020, parágrafo 48).

Deste modo, o autor insiste no assunto de que a mercadorização do bioma e seus recursos é um problema prático e eticamente questionável. Afirma que

o grito da Amazônia chega a todos, porque a “conquista e exploração de recursos (...) hoje chega a ameaçar a própria capacidade acolhedora do ambiente: o ambiente como ‘recurso’ corre o perigo de ameaçar o ambiente como ‘casa’”. O interesse de algumas empresas poderosas não deveria ser colocado acima do bem da Amazônia e da humanidade inteira (Francisco, 2020, parágrafo 48).

A abordagem de Francisco passa por uma transição entre os parágrafos seguintes do mesmo texto, indo do positivo ao normativo, conforme pode ser visto no parágrafo 52:

Os mais poderosos nunca ficam satisfeitos com os lucros que obtêm, e os recursos do poder econômico têm aumentado muito com o desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso, todos deveríamos insistir na urgência de ‘criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecno-econômico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e a justiça’ (Francisco, 2020, parágrafo 52).

Portanto, é possível notar que o problema da mercadorização, presente no pensamento de Francisco, encontra um lugar particular em suas reflexões acerca da Amazônia. Sobretudo no parágrafo 48 supracitado, é evidente que a visão do ambiente enquanto recurso não é única e exclusiva em seu pensamento. Ao compreender a Amazônia como “casa”, o Papa evoca mais uma vez a concepção do cosmo inteiro como casa também. Portanto, seu pensamento — explorado na subseção anterior —, quando aplicado à questão amazônica, aplica-se plenamente. As concepções de comum interligação, o problema da mercadorização e a necessidade de se cuidar e proteger os ecossistemas — incluso o bioma amazônico — são fundamentais para o pensamento de Francisco.

Ao longo desta subseção, realizou-se a exploração do documento *Querida Amazônia* (2020) à luz do pensamento esquematizado na subseção anterior. Mostrou-se que o pensamento de Francisco acerca dos desafios enfrentados na floresta amazônica — os quais se encontram resumidos na introdução deste artigo — têm sua fonte primária na concepção do meio ambiente como mercadoria. É importante destacar que esta concepção subsiste graças ao abandono do entendimento do ambiente como casa.

Esta seção trouxe um panorama da problemática presente no pensamento de Francisco, mostrando que para o autor a mercadorização generalizada se mostra um problema relevante e ocupa o centro de sua posição.

Conclusão

A leitura conjunta de Karl Polanyi e do Papa Francisco oferece uma chave poderosa para compreender os mecanismos contemporâneos de mercadorização da Amazônia. Enquanto Polanyi denuncia a transformação da terra, do trabalho e da moeda em mercadorias fictícias como causa fundamental das rupturas sociais e ambientais do capitalismo, Francisco aprofunda essa crítica a partir da tradição da Doutrina Social da Igreja, ressaltando a interconexão entre a degradação ambiental, a injustiça social e o esvaziamento espiritual da modernidade. No caso da Amazônia, essa mercadorização se expressa na exploração predatória de seus recursos naturais, na expropriação de seus povos originários e na financeirização dos bens comuns.

Ambos os autores convergem na crítica à ideia de mercado autorregulado como princípio absoluto e na defesa de um reposicionamento ético da economia. A economia de Francisco, nesse sentido, pode ser compreendida como um contramovimento contemporâneo nos termos de Polanyi: uma reação consciente, espiritual e política que busca restituir à economia sua função social e ecológica. Não se trata apenas de proteger a Amazônia como bioma, mas de resgatar o sentido de pertencimento, cuidado e justiça em relação à casa comum.

Diante da crise socioambiental em curso, o artigo aponta que é necessário não apenas resistir à mercadorização, mas construir alternativas concretas: políticas públicas voltadas à soberania territorial, sistemas econômicos solidários, marcos regulatórios ecológicos e formas comunitárias de organização que enfrentem os limites da acumulação capitalista. Entre denúncia e anúncio, entre Polanyi e Francisco, abre-se a possibilidade de um novo horizonte civilizatório, baseado na dignidade da vida e na convivência harmônica com a Terra.

Referências

- BARREIROS, Daniel; CIAPPARELLA, Gabriele. Bergoglio e o contramovimento: uma interpretação polanyiana do pontificado de Francisco. *Economia e Sociedade*, v. 34, n. 1, p. e250989, 2025.
- BELLUZZO, Luiz. Polanyi e o pensamento econômico do Papa Francisco. Entrevista. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/526440-polanyi-tem-mais-afinidade-com-opensamento-da-igreja-entrevista-especial-com-luiz-gonzagabelluzzo>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- BRASIL. Reunião ministerial de 22/4/2020 – Vídeo divulgado por decisão do STF. Brasília: TV Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1CSh1JzjGvI>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- DIAS, Felipe Martins. Reforma trabalhista de 2017 e sindicatos sob a perspectiva da Rerum Novarum: da proposta aos resultados. *Em Sociedade*, v. 6, p. 194-210, 2024.
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *The State of the World's Forests*. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- FRANCISCO, Papa. *Evangelii gaudium*. Tipografia Vaticana, 2013.
- FRANCISCO, Papa. *Fratelli tutti*. Le vie della Cristianità, 2020.
- FRANCISCO, Papa. *Laudate Deum*. Opus Dei Oficina de Información, 2023.
- FRANCISCO, Papa. *Querida Amazonia: Exhortación apostólica postsinodal*. Palabra, 2020.
- FRANCISCO, Papa. *Laudato Si'*. 2015.
- HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos Avançados*, v. 26, p. 167-186, 2012. Acesso em: 5 abr. 2025.
- IBGE. *Concentração fundiária no Brasil*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- IBGE. *Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal*. Agência de Notícias, 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 13 maio 2025.
- INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Relatório anual de desmatamento na Amazônia*. São José dos Campos: Inpe, 2023. Disponível em: <http://www.inpe.br>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Desigualdades sociais e concentração de terras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2023.
- JUSTIÇA E PAZ, PONTIFÍCIO CONSELHO. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. São Paulo: Princípio, 2005.
- KUMAR, R. et al. Impact of world's largest rainforest on biodiversity. *International Journal of Environmental Science*, v. 5, n. 1, p. 51–57, 2022. Disponível em: https://bkgc.in/ejournal/paper_list/51-57.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.
- LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*. 1891.
- MAPBIOMAS. *Relatório anual de uso e cobertura da terra no Brasil*. São Paulo: MapBiomas, 2024. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 4 ago. 2025.

NOBRE, C. A.; LOVEJOY, T. E. Large-scale collective action to avoid an Amazon tipping point. *One Earth*, v. 4, n. 6, p. 867–873, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666049021000244>. Acesso em: 13 maio 2025. POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Leya, 2013. p. 206.

SILVA, C. V. J. et al. The drivers and impacts of Amazon forest degradation. *Science*, v. 379, n. 6630, p. 716–721, 2023. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abp8622>. Acesso em: 13 maio 2025.

VAINFAS, Ronaldo. História indígena: 500 anos de despovoamento. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.